

ARTIGO 19**Alterações**

As representações comerciais estrangeiras deverão comunicar ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo qualquer alteração relativa ao endereço dos escritórios, à identidade do mandatário permanente, ao objecto e ao encerramento temporário ou definitivo da representação.

ARTIGO 20**Operações cambiais**

A realização das operações cambiais por entidades com representação comercial na República de Moçambique, deverá observar os procedimentos contidos na legislação cambial vigente.

CAPÍTULO III**Fiscalização, penalidades e taxas****ARTIGO 21****Fiscalização**

À fiscalização do funcionamento das representações comerciais estrangeiras, serão aplicadas as disposições constantes do Capítulo III do Regulamento do Licenciamento da Actividade Comercial aprovado pelo Decreto n° 43/98, de 9 de Setembro, com excepção dos artigos 20 e 26.

ARTIGO 22**Penalidades**

1. As infracções às disposições do presente decreto serão puníveis do seguinte modo:

- a) Com a multa de 50 000 000,00 MT por incumprimento do previsto no artigo 6 do presente decreto;
- b) Com a multa de 50 000,00 MT/dia por incumprimento do previsto no artigo 17 do presente decreto;
- c) Com a multa de 5 000 000,00 MT por incumprimento do previsto no artigo 18 do presente decreto;
- d) Com a multa de 10 000 000,00 MT por incumprimento do previsto no artigo 19 do presente decreto.

2. Os valores constantes das alíneas do número anterior poderão ser actualizados por diploma ministerial conjunto dos Ministros da Indústria, Comércio e Turismo e do Plano e Finanças.

ARTIGO 23**Taxas**

Os Ministros da Indústria, Comércio e Turismo e do Plano e Finanças fixarão, por diploma ministerial conjunto, as taxas a pagar no acto de licenciamento.

CAPÍTULO IV**Disposições transitórias e finais****ARTIGO 24****Representações em funcionamento**

As representações comerciais estrangeiras já licenciadas, que não tenham sido vistoriadas, ficam abrangidas pelo disposto no artigo 18, devendo requerer à entidade licenciadora no prazo de noventa dias contados da data da publicação deste decreto.

ARTIGO 25**Revogação**

É revogado o Decreto n° 7/83, de 29 de Dezembro, e toda a legislação que contrarie o presente decreto.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.



Anexo

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO
E TURISMO

LICENÇA DE REPRESENTAÇÃO

Nos termos do Decreto n° 71/98, de 23 de Dezembro, e da presente licença, fica autorizada a empresa.....
a exercer, em território nacional, e pelo prazo de.....
a contar de hoje, a actividade de.....

O seu mandatário para a R. M. é.....

e a sede da sua representação sita em.....

Maputo, aos...../...../.....

Decreto n° 72/98,
de 23 de Dezembro

A Política Nacional de Águas, aprovada pela Resolução n° 7/95, de 8 de Agosto, preconizou uma reestruturação e desenvolvimento dos sistemas de abastecimento público de água, com vista à melhoria do serviço público e aumento da cobertura da população.

Atendendo a que os actuais sistemas de abastecimento de água funcionam de forma deficiente e deficitária, entende o Governo dever proceder-se à sua reestruturação previamente à transferência gradual da responsabilidade para as Autarquias, prevista na Lei n° 2/97, de 18 de Fevereiro, envolvendo-se para esse efeito o sector privado a fim de se beneficiar do dinamismo, experiência e conhecimentos tecnológicos que lhe são reconhecidos. O processo inicia-se nas cidades de Maputo, Beira, Quelimane, Nampula e Pemba e ao fim de três anos deverá ser tomada decisão quanto ao momento de transferência dos sistemas para as respectivas autarquias.

Havendo necessidade de criar a base legal que permita a implementação de um Quadro de Gestão Delegada

do Abastecimento de Água, referido Quadro, ao abrigo do artigo 153, n.º 1, alínea e) da Constituição da República o Conselho de Ministros decreta:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1

Definições

Para efeitos do presente diploma, por:

- a) "Serviço público de abastecimento de água" ou "serviço público", quer significar-se a concepção, construção, exploração, e a gestão de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público;
- b) "Unidades de abastecimento de água", quer significar-se as empresas formalmente constituídas ou as entidades de facto que prestam o serviço público;
- c) "Quadro de Gestão Delegada do Abastecimento de Água" ou "Quadro", quer significar-se o conjunto coordenado de organismos e mecanismos legais em que a participação de entidades de direito privado na gestão do serviço público de abastecimento de água se estrutura;
- d) "Sistema de abastecimento de água", quer significar-se todo o conjunto de organismos, entidades e património afectos ao abastecimento de água em uma determinada área circunscrita do território nacional.

ARTIGO 2

Âmbito do diploma

1. O presente diploma estabelece os princípios e regras que enquadram a delegação da exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água sob gestão estatal, incluindo aqueles que o estejam transitoriamente, a favor de entidades de direito privado e as bases da organização do Quadro de Gestão Delegada do Abastecimento de Água, sem prejuízo do disposto no artigo 6 da Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, e dos artigos 23 e 25 da Lei n.º 11/97, de 31 de Maio.

2. Os princípios e regras constantes do presente diploma poderão ser aplicados à gestão do referido serviço quando efectuada por pessoas colectivas de direito público ou por empresas dotadas de capitais públicos.

ARTIGO 3

Objecto do diploma

A institucionalização do Quadro de Gestão Delegada do Abastecimento de Água tem como objectivo garantir a eficiência da gestão do serviço público e responder às necessidades de planificação, desenvolvimento, execução, das políticas e realização dos objectivos e parâmetros definidos na Política Nacional de Águas.

ARTIGO 4

Princípios gerais

1. A exploração e a gestão dos sistemas de abastecimento de água pode, por delegação, ser confiada a entidades de direito

privado, mediante contratos de concessão, cessão de exploração ou gestão.

2. A concepção, construção, exploração e a gestão de um sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público consubstanciam um serviço público e esta natureza não é alterada pela gestão delegada do referido sistema nos termos do número anterior.

3. São objectivos fundamentais da exploração e gestão dos sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água contribuir para o desenvolvimento económico nacional e para o bem-estar das populações, assegurando, nomeadamente:

- a) A oferta de água em termos adequados às necessidades dos consumidores, quer qualitativa quer quantitativamente;
- b) O aumento da cobertura da população;
- c) A adopção de políticas tarifárias que reduzam as iniquidades e consubstanciem o valor social da água;
- d) A progressiva redução dos custos através da racionalidade e eficácia dos meios utilizados.

4. O exercício das actividades referidas no número anterior desenvolve-se com base na utilização racional dos recursos naturais, na sua preservação e na manutenção do equilíbrio ecológico.

5. Na atribuição da exploração e gestão de um sistema de abastecimento de água a uma entidade de direito privado, deverá o interesse público ser prioritariamente garantido, tendo como elementos de ponderação as especificidades de cada uma das cidades ou localidades que aquele sistema de abastecimento de água serve e as características do próprio sistema.

6. A água distribuída deverá obedecer aos parâmetros legais da água para consumo humano.

ARTIGO 5

Princípios aplicáveis às relações com os utentes

1. O operador do sistema de abastecimento de água é obrigado, mediante contrato, a assegurar o abastecimento de água aos utentes devendo tratá-los sem discriminações ou diferenças que não resultem apenas da aplicação de critérios ou de condicionalismos legais ou regulamentares ou ainda de diversidade manifesta das condições técnicas de fornecimento.

2. Aos utentes do serviço público de abastecimento de água é garantido o direito a serem consultados por intermédio dos órgãos de representação autárquicos no processo de definição das grandes opções estratégicas de implementação do Quadro de Gestão Delegada e desenvolvimento do serviço público e o direito à defesa concreta dos seus interesses enquanto consumidores.

CAPÍTULO II

Do Quadro de Gestão Delegada

SECÇÃO I

Estruturação do Quadro de Gestão Delegada

ARTIGO 6

Áreas funcionais do Quadro de Gestão Delegada

No âmbito do Quadro de Gestão Delegada consideram-se as seguintes áreas funcionais:

- a) Área de direcção, planificação, promoção e regulamentação:
 - definição de políticas e objectivos gerais e acompanhamento da sua execução;
 - promoção do desenvolvimento e extensão do Quadro de Gestão Delegada;
 - definição do seu suporte legal;
 - angariação de financiamento;
 - definição e asseguramento da execução da política financeira do Quadro.
- b) Área de regulação e garantia dos interesses dos utentes do serviço público:
 - regulação do serviço público quanto ao nível, qualidade e actualização do serviço prestado e quanto ao regime tarifário;
 - avaliação e conciliação dos interesses dos utentes actuais e futuros dos sistemas de abastecimento de água, com os do operador;
 - equilíbrio de interesses das outras instituições em presença.
- c) Área de interligação com as Autarquias:
 - acompanhamento e assessoria quanto à implementação e extensão do Quadro de Gestão Delegada, e em especial, quanto à transferência para as Autarquias da gestão dos sistemas de abastecimento de água ou à criação de sistemas inter-autárquicos.
- d) Área de implementação, gestão, execução e controlo:
 - gestão do património afecto às unidades de abastecimento de água;
 - acompanhamento e gestão do serviço público de acordo com o contrato de concessão, cessão de exploração ou contrato de gestão dos sistemas de abastecimento de água.
- e) Área de participação, consulta e extensão do Quadro de Gestão Delegada:
 - acompanhamento e análise da evolução do processo de implementação e de extensão do Quadro de Gestão Delegada formulação de recomendações.

ARTIGO 7

Sistema Institucional

1. Do Quadro de Gestão Delegada fazem parte as seguintes entidades e organismos:

- a) Ministro das Obras Públicas e Habitação;
- b) Ministro do Plano e Finanças;
- c) Ministro da Administração Estatal;
- d) Direcção Nacional de Águas;
- e) Fórum Coordenador da Gestão Delegada;
- f) Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água;
- g) Conselho de Regulação do Abastecimento de Água;
- h) Autarquias;
- i) Operador.

2. O Quadro de Gestão Delegada estrutura-se nas áreas de actuação referidas no artigo 6, coordenadas entre si, nos seguintes termos:

- a) Na área de direcção, planificação, promoção e regulamentação:
 - O Ministro das Obras Públicas e Habitação é a entidade responsável pela definição de políticas gerais de desenvolvimento e gestão do Quadro de Gestão Delegada, da sua regulamentação, respeitadas as competências estabelecidas no presente diploma, do seu acompanhamento, modificação e extensão para novos sistemas de abastecimento de água, bem como pela promoção do processo de transferência para as Autarquias da gestão dos sistemas de abastecimento correspondentes, em colaboração com o Ministro da Administração Estatal;
 - O Ministro do Plano e Finanças é a entidade responsável por definir e assegurar a execução da política financeira e orçamental do Quadro de Gestão Delegada, nomeadamente aprovar a política de investimentos a constar de contratos-programa assinados pelo Ministro das Obras Públicas e Habitação com o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água;
 - A Direcção Nacional de Águas é a entidade responsável por promover a implementação e extensão do Quadro de Gestão Delegada, pela mobilização de financiamento e pela preparação do suporte legal do mesmo Quadro.
- b) Na área da regulação do Quadro de Gestão Delegada e garantia dos interesses dos utentes do serviço público:
 - O Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, também designado por CRA, é o órgão de salvaguarda dos interesses dos utentes dentro do equilíbrio com os interesses do Operador e a sustentabilidade económica do sistema e da conciliação dos interesses do operador privado

com o cedente, nomeadamente na área das tarifas e do nível, qualidade e actualização do serviço, com competências vinculativas em matéria de tarifas do consumidor, tendo em conta igualmente os interesses de utentes futuros.

c) Na área de interligação com as Autarquias:

- O Ministro da Administração Estatal é a entidade responsável pelo estabelecimento de uma colaboração estreita com as Autarquias na implementação do Quadro de Gestão Delegada e pela criação das condições e acompanhamento do processo gradual de transferência para estas da gestão dos sistemas de abastecimento de água da sua alçada;

- As Autarquias são as entidades responsáveis pelo serviço público de abastecimento de água que receberão de forma gradual os recursos necessários à prossecução das suas atribuições no âmbito do abastecimento de água através da criação de serviços ou sectores funcionais autárquicos, empresas autárquicas ou inter-autárquicas. Intervêm no presente Quadro ao ser ouvidas sobre a nomeação dos membros dos órgãos do Quadro de Gestão Delegada e sobre a expansão, e desenvolvimento do mesmo, bem como sobre matérias referentes aos sistemas de abastecimento de áreas territoriais da sua responsabilidade.

d) Na área de implementação, gestão, execução e controlo:

- O Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, também designado por FIPAG, é a entidade a quem é confiado o património relativo a sistemas de abastecimento de água, sendo nesses termos encarregado de promover a sua gestão de forma autónoma, eficiente e rentável, nomeadamente através da cessão de exploração a operadores privados, e a quem é igualmente dada competência no que se refere à canalização, gestão e execução do investimento correspondente, garantindo a continuidade do serviço;
- O Operador é a entidade de direito privado responsável, através de contrato de concessão, cessão de exploração ou de gestão, pela gestão de um determinado sistema de abastecimento de água.

e) Na área da participação, consulta e extensão do Quadro de Gestão Delegada:

- O Fórum Coordenador da Gestão Delegada integra representantes dos principais organismos e entidades envolvidas no Quadro e funciona como órgão de convergência dos respectivos

interesses; efectua análises periódicas sobre o funcionamento do Quadro de Gestão Delegada e formula recomendações sobre a sua extensão a novas zonas; funciona como órgão de consulta do Ministro das Obras Públicas e Habitação no acompanhamento e avaliação do desenrolar do processo.

ARTIGO 8

Criação

O FIPAG e o CRA são criados por decretos do Conselho de Ministros, que aprovarão os respectivos Estatutos Orgânicos.

ARTIGO 9

Fórum Coordenador da Gestão Delegada

1. São membros do Fórum Coordenador:

- a) Um representante do Ministério das Obras Públicas e Habitação, na qualidade de Presidente;
- b) Um representante do Ministério do Plano e Finanças;
- c) Um representante do Ministério da Administração Estatal;
- d) O Director do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, em virtude da sua função;
- e) O Presidente do Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, em virtude da sua função;
- f) Um representante de cada Autarquia.

2. Os representantes referidos na alínea f) do número anterior têm direito a voto quando as matérias a tratar digam respeito ao sistema de abastecimento de água que serve a sua área e quando e enquanto o investimento e a gestão desse sistema de abastecimento de água seja responsabilidade do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água.

3. Os representantes são nomeados, no caso de representantes ministeriais, por despacho dos Ministros da respectiva pasta e, nos restantes casos, pelos respectivos órgãos definidos estatutariamente ou por lei.

4. Representantes das Associações de utentes ou de outras formas de organização local de utentes poderão participar como convidados nas reuniões do Fórum Coordenador, por decisão das autarquias respectivas, ao abrigo do artigo 38 da Lei n.º 11/97, de 31 de Maio.

5. Sob proposta dos membros do Fórum, podem ser convidados a participar em reuniões do Fórum entidades e organismos não referidos nos n.ºs 1 e 4 do presente artigo, em função da especialização das matérias a tratar.

6. Constituem funções do Fórum Coordenador:

- a) Apresentar aos Ministros das Obras Públicas e Habitação, do Plano e Finanças e da Administração Estatal uma proposta de nomes, em número não inferior a sete, a ser designados membros do Conselho de Administração do Fundo;
- b) Assessorar o Ministro das Obras Públicas e Habitação na definição de políticas gerais de desenvolvimento do Quadro de Gestão Delegada;

- c) Formular recomendações sobre a gestão dos sistemas de abastecimento de água, tendo em conta a especificidade dos serviços;
- d) Fazer o balanço sobre a implementação do Quadro de Gestão Delegada, designadamente quanto à eficácia e oportunidade das decisões de expansão;
- e) Propor a extensão do Quadro de Gestão Delegada a novas áreas do território nacional.

7. O Fórum Coordenador deve ser informado por relatório anual do Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água sobre os planos de investimento anuais e sobre o funcionamento do Quadro de Gestão Delegada.

8. Para o exercício das suas funções, as instituições e entidades do Quadro de Gestão Delegada, deverão prestar ao Fórum Coordenador toda a cooperação necessária, designadamente fornecendo os pareceres e informações solicitadas.

9. O Fórum reúne anualmente. Reuniões extraordinárias são convocadas por decisão do Presidente.

10. Fórum é apoiado:

- Pela Direcção Nacional de Águas, que secretariará o Fórum e suportará os encargos relativos ao seu funcionamento;
- Pelas organizações ou entidades que procedam à indigitação dos respectivos membros, no que respeita ao seu trabalho individual.

11. As entidades referidas no n.º 1 do presente artigo, devem dar a conhecer ao Ministro das Obras Públicas e Habitação, os representantes cuja designação lhes competir, no prazo de trinta dias contados da data de entrada em vigor do presente decreto.

SECÇÃO II

Implementação e competências

ARTIGO 10

Área e forma de implementação

1. O processo de implementação do Quadro de Gestão Delegada inicia-se com os sistemas de abastecimento de água existentes nas cidades de Maputo, Beira, Nampula, Quelimane e Pemba.

2. As empresas e unidades de abastecimento de água que prestam o serviço público nas cidades referidas no número anterior do presente artigo, serão objecto de reestruturação e eventual processo de liquidação, nos termos a definir por diploma ministerial conjunto dos Ministros das Obras Públicas e Habitação e do Plano e Finanças.

3. O património, direitos e obrigações, passivo e activo, das empresas e unidades referidas no número anterior que sejam extintas serão transferidos para o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, nos termos a definir no diploma igualmente nele referido.

4. Ao Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água cabe garantir transitoriamente a gestão dos sistemas de abastecimento de água cujo património lhe seja afecto nos termos do número anterior, que efectuará pelo período que para o efeito for estipulado e desde o momento da efectivação da referida transferência de património, dentro dos limites estabelecidos pelo decreto da sua criação e do diploma referido no número anterior.

5. São garantidos os direitos adquiridos dos trabalhadores transferidos nos termos do n.º 3 deste artigo, incluindo os direitos a pensões de reforma ou outras, bem como quaisquer outros direitos ou obrigações relacionados com a situação jurídico-laboral existente nas empresas e unidades de abastecimento de água, à data da transferência.

6. O regime definido nos artigos anteriores poderá ser estendido, com as necessárias adaptações, a outros sistemas em função dos resultados e experiência adquirida.

ARTIGO 11

Competências

1. Compete ao Ministro das Obras Públicas e Habitação definir as normas e conduzir o processo de delegação da exploração e da gestão dos sistemas de abastecimento de água sob gestão estatal, incluindo aqueles que o estejam transitoriamente, sem prejuízo do disposto no artigo 6 da Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, e dos artigos 23 e 25 da Lei n.º 11/97, de 31 de Maio.

2. As competências ora atribuídas ao Ministro das Obras Públicas e Habitação poderão, por decisão do mesmo, ser delegadas ao FIPAG.

3. Nas localidades ou cidades onde o Estado tiver transferido para as autarquias, os poderes de administração e gestão do serviço público de abastecimento de água e os recursos necessários para a prossecução das atribuições, em conformidade com o estipulado nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 6, o n.º 3 e o n.º 4 do artigo 19, todos da Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro, a competência referida nos números anteriores passará para a titularidade das Autarquias.

4. Compete aos Ministros das Obras Públicas e Habitação e do Plano e Finanças, por diploma ministerial conjunto:

- a) Definir as linhas gerais e executar o processo de reestruturação e eventual liquidação das empresas e unidades que actualmente prestam o serviço público;
- b) Definir e executar o processo de transferência dos patrimónios, direitos e obrigações das empresas e unidades referidas na alínea anterior, para o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água;
- c) Assegurar a protecção dos direitos adquiridos dos trabalhadores destas empresas e unidades.

5. Compete ao Ministério das Obras Públicas e Habitação a regulamentação do serviço público, designadamente, aprovar os regulamentos de prestação do serviço do operador, nos termos do artigo 27 do presente decreto.

6. Compete ao Conselho de Regulação do Abastecimento de Água balancear os interesses dos utentes actuais e futuros com os do operador do serviço, nomeadamente através de mecanismos tarifários, nos termos a definir por decreto de constituição do mesmo.

7. Compete ao Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água garantir a gestão dos sistemas de abastecimento que lhe forem confiados e pelo período estipulado, delegando a exploração e gestão ou realizando contratos de gestão, e gerir o programa do investimento público nos mesmos sistemas.

CAPÍTULO III**Do Regime da Gestão Delegada****SECÇÃO I****Disposições gerais****ARTIGO 12****Âmbito da delegação**

1. A delegação a um operador pode compreender um ou mais sistemas de abastecimento de água.

2. No caso de delegação conjunta de dois ou mais sistemas a um mesmo operador, cada um deverá ter contabilidade própria e autónoma, por forma a permitir um controlo efectivo da sua gestão.

3. Durante o período de vigência do contrato, o cedente poderá autorizar a ampliação do âmbito da delegação, nos termos que vierem a ser acordados com o operador, com observância das normas preceituadas neste decreto.

ARTIGO 13**Modalidades da delegação**

1. A delegação pode processar-se através de contratos de concessão, cessão de exploração e contrato de gestão.

2. O contrato de concessão rege-se por diploma próprio, sem prejuízo da aplicabilidade das disposições incluídas no presente diploma na falta ou omissão daquele.

ARTIGO 14**Partes**

1. O Estado, enquanto cedente, é parte obrigatória do contrato.

2. Podem ser partes do contrato, pessoas singulares ou colectivas, de natureza privada ou mista, nacionais ou estrangeiras, dotadas de capacidade jurídica, que revelem dispor de meios técnicos e financeiros adequados à condução efectiva das operações e preenchem os demais requisitos exigidos pelo presente decreto e por demais legislação aplicável.

ARTIGO 15**Processo de atribuição**

1. A adjudicação da gestão delegada é precedida de concurso público, por meio de propostas em carta fechada.

2. Excepcionalmente poder-se-á recorrer à negociação particular ou a concurso limitado, competindo ao Ministro das Obras Públicas e Habitação, no âmbito da competência que lhe é atribuída no n.º 1 do artigo 11 do presente diploma e de acordo com o previsto na lei, determinar, mediante anúncio prévio, a modalidade de adjudicação escolhida, dirigir o processo de adjudicação e seleccionar o concorrente vencedor.

3. Nos casos previstos nos números anteriores cabe à Direcção Nacional de Águas preparar e organizar o processo de adjudicação da gestão delegada.

4. Na ausência de regulamentação específica, às diferentes formas de adjudicação previstas neste decreto aplicar-se-ão, com

as necessárias adaptações, as disposições do Decreto n.º 28/91, de 21 de Novembro, quanto à negociação particular e concurso restrito, e as disposições do Decreto n.º 21/89, de 23 de Maio, quanto ao concurso público.

ARTIGO 16**Autorização e outorga do contrato**

1. Compete ao Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água autorizar e outorgar os contratos de gestão delegada relativos aos sistemas de abastecimento de água que lhe tenham sido confiados, sem prejuízo da aplicabilidade do regime aos restantes sistemas de outras regras de competência estabelecidas na lei.

2. A outorga dos contratos de concessão e cessão de exploração é sujeita a homologação do Ministro das Obras Públicas e Habitação.

SECÇÃO II**Contrato de cessão de exploração****SUBSECÇÃO I****Objecto, condições e prazo****ARTIGO 17****Objecto**

1. O contrato deverá definir o objecto da delegação, podendo compreender actividades de entre as seguintes:

- a) Concepção e construção de uma rede fixa ou de instalações necessárias à captação, tratamento e distribuição de água para consumo público;
- b) Exploração, gestão e desenvolvimento dos sistemas de abastecimento de água potável às cidades, localidades ou outros aglomerados populacionais previstos no contrato;
- c) Extensão, reparação e renovação da rede e respectivas instalações de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros de qualidade da água estabelecidos no contrato;
- d) A manutenção e renovação de todos os equipamentos necessários à captação, tratamento e distribuição de água para consumo público;
- e) O controlo dos parâmetros de água distribuída.

2. O cessionário não poderá exercer actividades diferentes daquelas que constituem o objecto da cessão definido no contrato, excepto se para tal for expressamente autorizado pelo cedente.

ARTIGO 18**Condições da cessão**

1. O cessionário do serviço público obriga-se a assegurar o regular, contínuo e eficiente abastecimento de água aos utentes, em quantidade e qualidade.

2. A exploração pelo cedente subordina-se sempre às normas ambientais.

3. Quando, por efeito do disposto no número anterior, se alterarem significativamente as condições de exploração, o cedente

compromete-se a promover a reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato.

4. A reposição referida no número anterior poderá efectuar-se, consoante opção do cedente, ouvido o cessionário, mediante a revisão das tarifas, de acordo com os critérios mencionados no artigo 22 deste decreto, ou pela prorrogação do prazo da cessão ou ainda por compensação directa ao cessionário.

5. O cedente poderá excepcionalmente tomar conta da exploração do serviço cedido sempre que se dê, ou se afigure iminente, uma cessação ou interrupção total ou parcial da exploração do serviço, que ponha em causa de forma grave a segurança pública.

6. A decisão de intervenção fixa o respectivo prazo que será estritamente limitado à manutenção da situação de anormalidade, devendo o cessionário ser notificado para retomar, na data que lhe for fixada, a normal exploração do serviço.

7. Correm por conta do cessionário os encargos resultantes da manutenção dos serviços e as despesas extraordinárias necessárias ao restabelecimento da normalidade da exploração que não possam ser cobertas pelos resultados da exploração, quando a cessação ou interrupção mencionada nos números anteriores lhe seja imputável.

8. O Governo garante ao operador o pagamento das dívidas assumidas pelo Estado relativamente ao consumo de água.

ARTIGO 19

Prazo

A duração da cessão não poderá exceder quinze anos, prorrogável por período não superior a cinco anos, quando razões ponderosas de interesse público ou de economia do contrato o justifiquem.

SUBSECÇÃO II

Bens e meios afectos à cessão

ARTIGO 20

Transmissão dos bens, direitos e obrigações

1. No contrato ficarão expressamente definidos os bens, direitos e obrigações transmitidos pelo Estado ao cessionário, bem como os termos dessa transmissão.

2. O cedente pode transferir para o cessionário, no acto da assinatura do contrato:

- a) Meios básicos utilizados para o funcionamento global das diferentes unidades de captação, tratamento, transporte e abastecimento de água potável;
- b) Meios básicos e circulantes utilizados para o funcionamento dos diferentes sistemas de abastecimento de água;
- c) Recursos humanos, materiais, financeiros e económicos disponibilizados para o funcionamento normal dos sistemas de abastecimento de água.

3. A transferência dos bens, direitos e obrigações advenientes da aplicação do n.º 1 deste artigo será efectuada mediante averbamento, passando, desde logo, a integrar o contrato respectivo.

SUBSECÇÃO III Condições financeiras

ARTIGO 21

Financiamento

O cessionário adoptará e executará o esquema financeiro constante do contrato de cessão, o qual poderá ser organizado de acordo com o previsto na lei vigente e aplicável em Moçambique, tendo em conta as seguintes fontes de financiamento:

- a) O capital do cessionário;
- b) As participações e subsídios atribuídos ao cessionário;
- c) as receitas provenientes das tarifas cobradas pelo cessionário;
- d) Quaisquer outras formas de financiamento, previstas no contrato e de acordo com a lei.

ARTIGO 22

Fixação e revisão das tarifas

1. As tarifas serão fixadas por forma a assegurar a protecção dos interesses dos utentes, a sustentabilidade económica e a gestão eficiente do sistema, o equilíbrio económico-financeiro da cessão e as condições necessárias para a qualidade do serviço durante e após o termo da cessão.

2. O contrato fixa as tarifas, os critérios e a forma e periodicidade da sua fixação e revisão, tendo em conta o previsto no número anterior deste artigo.

SUBSECÇÃO IV

Relações com o cedente

ARTIGO 23

Poderes do cedente

1. Além de outros poderes conferidos pelo presente diploma e pelo contrato e restante legislação aplicável, carecem de aprovação do cedente ou de quem este delegar, os planos de expansão da rede e suas eventuais alterações.

2. O contrato poderá prever outros poderes de regulação, consulta, controlo ou fiscalização do cedente ou do Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, designadamente o poder de apreciar certos actos de gestão do cessionário mediante a respectiva autorização, aprovação ou suspensão ou a emissão de outro tipo de instruções.

3. O cedente poderá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem assim, das cláusulas do contrato de cessão, onde quer que o cessionário exerça a sua actividade, podendo, para tanto, exigir-lhe as informações e os documentos que considerar necessários.

ARTIGO 24

Direitos do cedente

1. O cedente tem o direito de:

- a) Modificar o contrato nos termos previstos no artigo 18 deste diploma;

- b) Supervisar os trabalhos e verificar o cumprimento pontual do contrato por parte do cessionário;
- c) Obter do cessionário todas as informações relacionadas com o sector.

ARTIGO 25

Direitos e obrigações do cessionário

1. O cessionário tem direito:
 - a) A ser remunerado por meio de somas tarifárias pagas pelos utentes;
 - b) À reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato em conformidade com o estipulado no artigo 18 do presente decreto.
2. As somas tarifárias referidas na alínea a) e a forma da sua revisão nos termos da alínea b) referidas no número anterior são fixadas no caderno de encargos e no contrato.
3. São obrigações do cessionário, nomeadamente:
 - a) Gerir a unidade com zelo e dedicação;
 - b) Respeitar a natureza de serviço público prestado pela unidade que gere;
 - c) Cumprir com a lei, com os termos do caderno de encargos e com as cláusulas contratuais;
 - d) Colaborar com as estruturas representativas do Estado na prossecução dos fins de interesse público dos sistemas de abastecimento de água de Moçambique;
 - e) Velar pela conservação dos bens envolvidos no sistema de abastecimento de água, executando os trabalhos necessários para a sua manutenção em bom estado de laboração e funcionamento das obras e equipamentos ao seu cargo;
 - f) Contribuir para a definição das tabelas tarifárias;
 - g) Tornar o sector rentável como forma de contribuir para o desenvolvimento da cidade ou localidade respectiva.

SUBSECÇÃO V

Relações com os utentes

ARTIGO 26

Direitos e obrigações para com os utentes

1. O cessionário obriga-se a fornecer a cada um dos utentes, mediante contrato, a água necessária, com ressalva das situações de força maior, segurança pública ou interesse público ou em caso de razões técnicas julgadas atendíveis pelo Ministro das Obras Públicas e Habitação ou por outra entidade com competência delegada para o efeito.
2. O cessionário assumirá os direitos e obrigações assumidos para com os consumidores relacionados com o abastecimento de água e derivados de actos ou contratos praticados ou celebrados pelas diferentes unidades de abastecimento de água que recebeu, ou pelo Estado.

ARTIGO 27

Códigos de Procedimentos nas relações entre o cessionário e os utentes

1. Os Códigos de procedimentos serão elaborados pelo cessionário e submetidos a parecer do Conselho de Regulação do Abastecimento de Água, a emitir no prazo de sessenta dias.

2. Os utentes obrigam-se a respeitar os regulamentos de exploração e serviço que o cessionário emane.

SUBSECÇÃO VI

Modificações e extinção do contrato

ARTIGO 28

Modificação do contrato

Sem prejuízo do disposto no artigo 18, o contrato apenas pode ser alterado por acordo escrito entre o cedente e o cessionário.

ARTIGO 29

Rescisão do Contrato

1. O cedente poderá dar por finda a cessão, mediante rescisão do contrato, quando tenha ocorrido violação substancial dos termos do contrato, entendendo-se por tal qualquer dos factos seguintes:

- a) Desvio do objecto da cessão;
- b) Interrupção prolongada da exploração por facto imputável ao cessionário;
- c) Oposição reiterada ao exercício de fiscalização ou repetida desobediência às determinações do cedente ou ainda sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração;
- d) Recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infra-estruturas;
- e) Cobrança dolosa de retribuições superiores às fixadas nos contratos de cessão e nos contratos de fornecimento;
- f) Cessação de pagamentos pelo cessionário ou declaração de falência.

2. Ao constatar a ocorrência de algum dos factos mencionados na alínea precedente, o cedente deverá notificar por escrito o cessionário para corrigir a situação. O cessionário deverá proceder à correcção do facto dentro do prazo fixado no contrato, findo o qual o cedente poderá dar por terminado o contrato, notificando disso por escrito o cessionário, salvo disposição em contrário prevista no contrato.

3. Não constituem causas de rescisão os factos ocorridos por motivos de força maior e, bem assim, os que o cedente aceite como justificados.

4. A rescisão prevista no nº 1 determina a reversão de todos os meios afectos à cessão para o cedente, sob reserva de compensação por investimentos efectuados pelo cessionário, a regular no contrato de cessão.

5. A rescisão do contrato de cessão será comunicada ao cessionário por escrito e produzirá imediatamente os seus efeitos.

ARTIGO 30

Transição e continuidade do serviço

1. Durante os seis meses que precedem o fim da cessão ou outra data que entretanto venha a ser estipulada como fim da cessão, o cedente tem o direito de tomar as medidas que entender necessárias para garantir a continuidade do abastecimento de água e facilitar

a transição do sistema de concessão para um novo sistema de gestão.

2. Tal procedimento não dá direito a qualquer compensação.

ARTIGO 31

Resgate

1. O cedente pode resgatar a cessão com o cessionário, em termos a definir expressamente no contrato.

2. Pelo resgate o cessionário terá direito a uma indemnização determinada por acordo entre as partes, devendo atender-se na fixação do valor da indemnização ao valor do rendimento esperado pelo mesmo.

SECÇÃO III

Contrato de gestão

ARTIGO 32

Conteúdo

O contrato de gestão tem por conteúdo a gestão de um determinado sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público.

ARTIGO 33

Objecto

1. A actividade da gestão compreende a captação de água, o respectivo tratamento e a sua distribuição aos utilizadores.

2. O contrato de gestão deverá definir o seu objecto, podendo compreender actividades de entre as seguintes:

- a) Gestão dos sistemas de abastecimento de água potável às cidades, localidades ou outros aglomerados populacionais previstos no contrato;
- b) Reparação e renovação da rede e respectivas instalações de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros de qualidade da água estabelecidos no contrato;
- c) Manutenção e renovação de equipamentos necessários à captação, tratamento e distribuição de água para consumo público dos utilizadores;
- d) Controlo dos parâmetros de água distribuída.

ARTIGO 34

Regime

Ao contrato de gestão são aplicáveis subsidiariamente as disposições relativas ao contrato de cessão de exploração, com as necessárias adaptações.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

ARTIGO 35

Códigos de procedimentos actuais

Mantêm-se em vigor os Códigos de Procedimentos existentes que regulem as relações entre o operador e os utentes ou sejam

aplicáveis às instalações de água, contratos de subscrição, ligações, reclamações e tarifas, até que se proceda à sua alteração, nos termos referidos no artigo 27 do presente decreto.

ARTIGO 36

Entrada em vigor

O presente decreto entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.

**Decreto n° 73/98,
de 23 de Dezembro**

De acordo com o preconizado pela Política Nacional de Águas, o Conselho de Ministros institucionalizou por decreto o Quadro de Gestão Delegada do abastecimento de água prevendo a criação de um Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, órgão responsável por gerir o património e o programa de investimento público nos sistemas de abastecimento de água que lhe forem sendo confiados, promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade económica e acompanhar a delegação da gestão dos sistemas de abastecimento de água a operadores privados.

Ao abrigo do disposto na alínea e) do n° 1 do artigo 153 da Constituição da República, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É criado o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água, abreviadamente designado por FIPAG, pessoa colectiva de direito público dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Art. 2. O FIPAG é responsável pela gestão do programa de investimento público nos sistemas de abastecimento de água que lhe forem transferidos.

Art. 3. O FIPAG é responsável por promover a gestão autónoma, eficiente e financeiramente viável dos sistemas de abastecimento de água que lhe sejam afectados, nomeadamente através da delegação das respectivas operações a cessionários ou gestores privados.

Art. 4. Ao FIPAG é conferida competência para garantir transitoriamente a gestão e exploração de sistemas de abastecimento de água em situações em que estes não se encontrem ainda concedidos ou sob contrato de gestão, ou quando situações excepcionais de carácter transitório determinem a intervenção pública.

Art. 5. As atribuições, orgânica e funcionamento do FIPAG constam do respectivo estatuto em anexo que faz parte integrante do presente decreto.

Art. 6. O presente decreto entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mocumbi*.